

Revista **a** EVOLUÇÃO

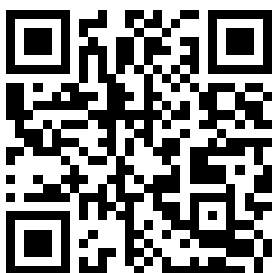
Ano III - nº 30 - Julho/2022

ISSN 2675-2573



RECESSO

LANÇAMENTO



A LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro



DESTAQUES

IDENTIDADE, HISTÓRIA E ESCRITA DO ADULTO APRENDIZ
Leila da Silva Siqueira



www.primeiraevolucao.com.br

Revista **a** EVOLUÇÃO

Ano III - nº 30 - Julho de 2022

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Alexandre Passos Bitencourt

Isac dos Santos Pereira

Manuel Francisco Neto

Thaís Thomas Bovo

Vilma Maria da Silva

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Colunista: Isac dos Santos Pereira

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

- Alessandra Kally Ciardi Barbosa
- Aline Pereira Matias
- Carla de Fátima Goes e Oliveira
- Cibele Vieira dos Santos Alves
- Cristina da Silva Freitas
- Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
- Leila da Silva Siqueira
- Luiza de Caires Atallah
- Marcia Muniz Brilhante de Toledo
- Monika Shinkarenko
- Neide Benedita de Moraes
- Nelson Marcos Correia Pedro
- Patrícia Herminio da Silva
- Sandra Regina de Campos
- Viviane da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano III, n. 30 (jul. 2022). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2022.

108 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

ISSN 2675-2573 (on-line)

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS:



<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2673-2573.rpe.30>



São Paulo
2022

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Comissão editorial:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Denise Mak

Isac dos Santos Pereira

Patrícia Tanganelli Lara

Thaís Thomas Bovo

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Me. Adeilson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Dra. Patrícia Tanganelli Lara

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Profa. Ma. Veneranda Rocha de Carvalho

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Profa. Mestranda Cleia Teixeira da Silva

Prof. Me. Isac dos Santos Pereira

Prof. Mestrando José Wilton dos Santos

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

José Roberto Tenório da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. (11) 98031-7887

Whatsapp: (11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com

https://primeiraevolucao.com.br

São Paulo - SP - Brasil

netomanuelfrancisco@gmail.com

Luanda - Angola

Imagens, fotos, vetores etc:

https://publicdomainvectors.org/

https://pixabay.com

https://br.freepik.com

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta revista, desde que citada a fonte.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



A revista **PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial criado pela Edições Livro Alternativo para auxiliar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

O corpo editorial da revista é formado por professores, especialistas, mestres e doutores que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

É totalmente financiada por professoras e professores, e distribuída gratuitamente.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores e autores independentes.

PRINCÍPIOS:

O trabalho voltado (principalmente) para a educação, cultura e produções independentes;

O uso exclusivo de softwares livres na produção dos livros, revistas, divulgação, palestras, apresentações etc desenvolvidas pelo grupo;

A ênfase na produção de obras coletivas de profissionais da educação;

Publicar e divulgar livros de professores(as) e autores(as) independentes e/ou produções marginais;

O respeito à liberdade e autonomia dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à diversidade.

**Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.**



Filiada à:



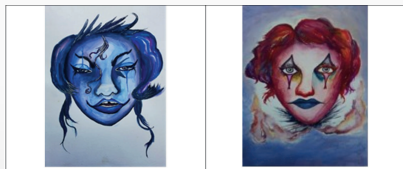
www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

SUMÁRIO

05 APRESENTAÇÃO

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto



COLUNA

10 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac dos Santos Pereira



ARTIGOS

1. A EDUCAÇÃO FÍSICA E O INCENTIVO À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL Alessandra Kally Ciardi Barbosa	13
2. A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS E BRINCADEIRAS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL Aline Pereira Matias	19
3. AS FACES DA NÃO APRENDIZAGEM Carla de Fátima Goes e Oliveira	23
4. REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA ARTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL Cibele Vieira dos Santos Alves	31
5. APRENDIZAGEM, CULTURA, ENSINO, E FORMAÇÃO HUMANA Cristina da Silva Freitas	37
★ 6. A LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro	45
★ 7. IDENTIDADE, HISTÓRIA E ESCRITA DO ADULTO APRENDIZ Leila da Silva Siqueira	49
8. A RELAÇÃO DA FAMÍLIA E DA MÚSICA NA EDUCAÇÃO Luiza de Caires Atallah	57
9. DESAFIOS DA LUDICIDADE NA ALFABETIZAÇÃO PARA PAIS E PROFESSORES Marcia Muniz Brilhante de Toledo	63
10. O CINEMA COMO INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA EMANCIPAÇÃO DOS ESTUDANTES Monika Shinkarenko	69
11. A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA Neide Benedita de Moraes	75
12. ACTIVIDADES EXPERIMENTAIS PARA O ENSINO DE FÍSICA NO SUBSISTEMA DE ENSINO SUPERIOR ANGOLANO Nelson Marcos Correia Pedro	81
13. AS DEFICIÊNCIAS, SUAS HISTÓRIAS E SEUS PERCALÇOS Patrícia Herminio da Silva	89
14. ORALIDADE, NEUROCIÊNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUMAS POSSIBILIDADES Sandra Regina de Campos	97
15. UM CURRÍCULO COMPROMETIDO COM A FORMAÇÃO INTEGRAL Viviane da Silva	103

A LEGISLAÇÃO PERTINENTE ÀS DISCUSSÕES ÉTNICO-RACIAIS

JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO

RESUMO

A respeito das questões étnico-raciais, a legislação brasileira instituiu a obrigatoriedade do ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas. A ideia de se trabalhar com essa questão vem se materializando, fazendo com que se propicie a inclusão, gerando conhecimentos para o estudante sobre os aspectos positivos voltados para a cultura nacional, fazendo associações às tradições africanas e afro-brasileiras e suas contribuições como os contos e mitos, músicas, culinária, artes plásticas, entre outras proposições, complementando a discussão com outras questões pertinentes ao tema, relacionadas às Políticas Públicas e o ensino de História da África. A pesquisa apresentou caráter qualitativo, tendo como aporte teórico, pesquisadores da área da Educação e Políticas Públicas pertinentes ao tema. Assim, como objetivo do presente artigo tem-se gerar reflexões e discussões a respeito do tema em questão, contribuindo para uma melhor compreensão sobre as possibilidades de desenvolver diferentes competências e habilidades no estudo da História. Como resultados tem-se que o estudo da História Africana e Afro-brasileira contribui também para desenvolver o respeito, à diversidade e a inclusão ao mesmo tempo.

Palavras-chave: Aprendizagens. Cultura. Educação. Diversidade. História da África.

INTRODUÇÃO

A Cultura Africana influencia a cultura brasileira desde a chegada dos escravos durante o período do tráfico negreiro até os dias de hoje. A sua diversidade cultural está intimamente ligada à diversidade de etnias e línguas, trazendo consigo tradições distintas. Os africanos bantos, nagôs e jejes, trouxeram suas crenças religiosas; e os hauçás e malês, a religião islâmica. Porém, no período do Brasil colonial, os escravos foram obrigados a aprender o português, sendo batizados e se convertendo ao catolicismo.

Apesar de todo o sofrimento vivido, os africanos não esqueceram suas raízes, contribuindo para o enriquecimento da cultura brasileira, seja com a dança, a música, a religião, a culinária, dentre outras questões. É possível notar essa influência em boa parte do país como nos estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, dentre outros.

Como problemática voltada para o ensino de História da África e os problemas que ainda persistem na sociedade como o racismo e o preconceito, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e outros documentos orientadores, o ensino étnico-racial deve gerar aprendizagens significativas entre as diferentes raças, bem como suas contribuições para tentar desenhar uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, justifica-se o presente artigo a partir de discussão pertinente a valorização da História da África envolvendo as questões étnico-raciais dentro das unidades educacionais. A educação em especial pode trabalhar essas questões através do desenvolvimento de projetos relacionados ao tema. Lembrando que a escola é um ambiente favorável para o desenvolvimento de ações que contemplem as diferenças, promovam a reflexão e a criticidade, nessa fase em especial que é a Educação Básica.

Portanto, o presente artigo teve como objetivo geral discutir sobre o ensino da História da África e como objetivos específicos, discutir a legislação pertinente ao ensino da cultura africana e afro-brasileira. Para tanto foi desenvolvida metodologia indutiva e descritiva, através de pesquisa documental.

O ESTUDO DA HISTÓRIA DA ÁFRICA

As políticas afirmativas voltadas para a população negra têm sido incorporadas pelos mais diversos países e setores da sociedade. Os principais questionamentos são relacionados às práticas eurocêntricas, homogeneizadoras e monoculturais dos processos sociais e educativos trazendo à tona outras questões que envolvem as relações étnico-raciais (BARBOSA, 2012).

Quanto ao estudo da História da África, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) definiu políticas que instrumentalizassem mudanças do ponto de vista da diversidade, bem como as práticas pedagógicas e as relações interculturais, devendo-se lembrar que esta se encontrava com pouca ressonância nas práticas pedagógicas concretas.

Até então:

Quando se rompe com uma perspectiva essencializada das relações entre identidade e cultura, decorre que qualquer abordagem sobre as ambiguidades da identidade negra no Brasil se torna indissociável do entendimento da experiência da escravidão moderna e de sua herança racializada espalhada pelo Atlântico [...]. Gilroy aborda este processo [a afirmação de novas identidades negras] como construção política e histórica fundada em diferentes trocas culturais (africanas, americanas e europeias) através do Atlântico, desde o tráfico negreiro, na qual a questão das origens interessa menos que as experiências de fazer face à discriminação através da construção identitária e da inovação cultural. (Mattos, 2003, p. 129-130).

Assim, com o avanço da sociedade, Verrangia e Silva (2010), discutem que as relações étnico-raciais estão presentes nos diferentes grupos da sociedade, em que ocorre diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial. Algumas leis foram promulgadas para que o ensino de História da África e as questões étnico-raciais gerassem aprendizagens, a troca de experiências, a quebra de desconfianças para ajudar a desenvolver uma nova sociedade mais justa e igualitária. Este parecer deixa bem claro a responsabilidade não só da sociedade, mas, especialmente da função da escola neste processo.

Ainda de acordo com os autores, as histórias africana e afro-brasileira devem ser contadas de forma a não se distorcer a realidade, ressaltando as suas contribuições para a construção da sociedade brasileira. No caso do ambiente escolar, este não deve ser o único responsável por tratar das relações étnico-raciais, pois, atualmente vários grupos sociais têm realizado esse intento na sociedade.

Essa legislação voltada para o âmbito educacional trouxe discussões específicas sobre o tema a fim de garantir aprendizagens significativas, envolvendo os estudantes, a fim de desenvolver o respeito, a equidade, o conhecimento e a valorização da cultura africana. A escola é fundamental nesse processo e para isso, as histórias africana e afro-brasileira devem ser trabalhadas de forma a valorizar a cultura e não como foram repassadas anteriormente, dando ênfase somente a escravidão.

Ainda, as Políticas Públicas começaram a assumir um papel de reparação pelos danos causados aos afro-brasileiros por anos de injustiça, desrespeito e marginalização a que esse povo foi submetido, inserindo-os no contexto político, social e educacional: "Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira" (BRASIL, 2013, p. 499).

Acredita-se que hoje não existe discriminação no Brasil, porém, a segregação ainda ocorre, não só com relação a raça e etnia, mas também como no caso da condição financeira e social. O problema, é que a sociedade ainda dissemina esse tipo de situação, sendo aceita por muitos sem criticidade alguma, o que faz com que a sociedade brasileira como um todo não avance.

Assim, Candau (2015), entende que a educação intercultural, pode trazer contribuições provenientes de grupos e movimentos negros como as denúncias por discriminação racial, o combate à ideologia de mestiçagem e a democracia racial, presentes entre diferentes grupos nas sociedades latino-americanas. Assim, a escola deve trabalhar diferentes questões para que promova o reconhecimento de suas identidades culturais.

LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO ENSINO DA CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Desde que foi instaurada a Lei nº 10.369/03, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394/1996, que estabelece a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira no currículo oficial de ensino, contemplando as questões étnico-raciais.

De acordo com Silva (2007), a sociedade brasileira foi marcada por um regime escravocrata e pensamento eurocêntrico. Após o término da escravidão, a fim de minimizar e corrigir os erros cometidos no passado por meio da valorização, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu essa modificação na legislação.

A lei configura uma Política Pública afirmativa, fruto da luta de diferentes movimentos a fim de dar a esse povo a oportunidade de ter voz. Os movimentos têm realizado um resgate ao reconhecimento da cultura africana e as suas contribuições para o Brasil, fazendo críticas à sociedade e à erotização da mulher negra (ABRAMOVAY, 2006).

O Parecer CNE/CP 003/04 trouxe as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, relacionando-a à Lei nº 10.639/03 quanto à obrigatoriedade do ensino em todas as escolas do país, independentemente de qual for a Rede de Ensino:

[...] A necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a educação das relações étnico-raciais positivas a que tais conteúdos devem conduzir (BRASIL, 2004, p.1-2).

No artigo 79-B, da LDBEN, foi instituída a inclusão do dia 20 de novembro como sendo o Dia Nacional da Consciência Negra. Assim, as escolas foram obrigadas a incluir esta data em seu Projeto Político Pedagógico (P.P.P.).

Nesse contexto que envolve a legislação, as escolas têm um importante papel a fim de contribuir para uma educação mais igualitária, de modo que essa instituição não pode se ausentar da responsabilidade de lutar por uma educação que seja inclusiva, transformadora e justa. É preciso que a escola consiga desfazer a visão racista e discriminatória que perdura até hoje na sociedade, a fim de superar o etnocentrismo europeu e valorizar as relações étnico-raciais e sociais, reinventando os processos pedagógicos (BRASIL, 2013).

Como exemplo, a Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, a Secretaria Municipal de Educação (SME), no ano de 2010 encaminhou à Câmara de Educação Básica do Conselho Municipal de Educação o Ofício nº. 054/10, o Relatório das Ações da Secretaria Municipal de Educação referente à Educação Étnico-racial. O documento foi elaborado a partir dos eixos propostos no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

Ainda no mesmo ano, a Portaria SME nº 4.738/09, criou o Grupo de Educação para a Diversidade Étnico Cultural e Racial, a fim de realizar contribuições para o ensino através de debates, encontros, cursos, formações, entre outras situações para que as leis possam ser aplicadas e cumpridas.

No tocante a documentação educacional, deve-se pensar que o racismo, o desrespeito e a discriminação, ainda acontecem na sociedade atual e por isso, a necessidade das escolas em debater temáticas referentes a essas questões para colaborar com o conhecimento do indivíduo como sua história social e cultural, conhecendo mais sobre seu núcleo, e aprendendo a valorizar o outro.

A escola é um espaço fundamental durante esse processo e é nesse ambiente que ocorrem interações entre origens, níveis socioeconômicos diferentes, costumes e religiões diferentes. Assim, nesse espaço deve ocorrer o convívio democrático e o respeito às diferenças. Segundo documentos mais antigos como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que refletem na Base Nacional Comum Curricular trazem que: “[...] e aí a realidade plural de um país como o Brasil fornece subsídios para debates e discussões em torno das questões sociais” (BRASIL, 1997, p. 23-24).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseada nas Políticas Públicas, bem como na legislação pertinente ao ensino da cultura africana e afro-brasileira, a orientação quanto ao conteúdo programático das escolas deve incluir a discussão de aspectos da História da África que influenciaram a formação da população brasileira, resgatando as suas contribuições nas áreas, social, econômica, política, cultural, pertinentes à História do Brasil. Deve-se ressaltar ainda, aspectos da cultura voltadas às áreas de Arte, e Literatura, além da de História.

Pesquisadores e governantes perceberam a necessidade de rever como discutir em sala de aula as questões étnico-raciais, já que de certa forma é preciso se redimir com a população negra após anos de escravidão. Sendo assim, foi criada legislação específica sobre o ensino de História e os temas voltados para as questões africanas.

No caso da Lei nº 10.639/03 que traz as Diretrizes Curriculares para o estudo da história e cultura africana e afro-brasileira, as escolas devem pensar em como transformar de forma positiva a imagem,

a história e a trajetória do negro nas aulas de História bem como em outras disciplinas, desenvolvendo discussões a respeito dessas questões. Ou seja, a valorização e o respeito à cultura negra é fundamental para construir um país mais justo e igualitário.

Por isso, a diversidade cultural precisa estar presente em toda a Educação Básica. Utilizar práticas pedagógicas que visem à valorização dessa cultura em especial, deve discutir não só as suas riquezas, mas, também difundir de forma a diminuir a exclusão, a discriminação, o racismo e o preconceito. Trabalhar com projetos, pode contribuir para a aceitação e o respeito às diferenças, sejam elas de raça, etnia, cultura, crença entre outras questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, M.; MARY, G. **Relações Raciais na Escola: Reprodução de Desigualdades em Nome da Igualdade**. Brasília: UNESCO, INEP, Observatório de Violência nas Escolas, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001459/145993por.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2022.
- BARBOSA, L.M.A. (Org.). **Relações Étnico-Raciais em Contexto Escolar: fundamentos, representações e ações**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. 71 p.
- BERGAMASCHI, M.A.; GOMES, L.B. Ensaio de educação intercultural. **Currículo sem fronteiras** 12.1. 2012: p. 53-69.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2013.
- BRASIL. **Parecer n.º CNE/CP 003/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 13 jun. 2022.
- BRASIL. CONGRESSO NACIONAL (1996), **LDB – Lei 9.394/96**. Estabelece Leis, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. **Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 12 jun. 2022.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília, MEC, vol. 10, 1997.
- CANDAU, V.M. Formação continuada de professores/as: questões e buscas atuais. In: **Educação: temas em debate/ organização Vera Maria Candau, Susana Beatriz Sacavino**. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: 7 letras, 2015.
- MATTOS, H.M. O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In M. Abreu & R. Soihet, **Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro, Casa da Palavra FAPERJ, 2003, pp. 127-136.
- SÃO PAULO. Parecer CME N. 201/10. Ofício n.º. 054/10. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/educacao/cme/Par_CME_201-10.doc&cd=5&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 11 jun. 2022.
- SÃO PAULO. **Portaria n. 4738/09 – SME de 19 de Outubro de 2009**. Institui o Grupo de Educação para a Diversidade Étnico Cultural e Racial e dá outras providências. Disponível em: 11 jun. 2022.
- SILVA, P.V.B. da. Desigualdades raciais em livros didáticos e literatura infanto-juvenil. In: COSTA, Hilton e SILVA, Paulo Vinicius Baptista da. (org). **Notas de História e cultura afro-brasileiras**. Ponta Grossa: Editora UEPG/UFPR, 2007.
- VERRANGIA, D.; SILVA, P.B.G. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de Ciências. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.3, p. 705-718, set./dez. 2010.



Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Sumaré, SP. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, na Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP.

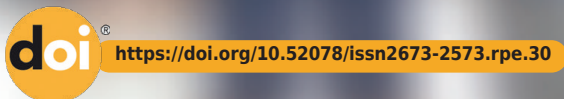


ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alessandra Kally Ciardi Barbosa
Aline Pereira Matias
Carla de Fátima Goes e Oliveira
Cibele Vieira dos Santos Alves
Cristina da Silva Freitas
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Leila da Silva Siqueira
Luiza de Caires Atallah
Marcia Muniz Brilhante de Toledo
Monika Shinkarenko
Neide Benedita de Moraes
Nelson Marcos Correia Pedro
Patrícia Herminio da Silva
Sandra Regina de Campos
Viviane da Silva



Produzida com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

Filiada à:

